

# Mais segurança para o transporte

Atualização brasileira do regulamento para cargas de produtos perigosos passa a atender requisitos da ONU

ANDERSON FIRMINO  
DA REDAÇÃO

Uma norma moderna, elogiada por diversos atores do ecossistema de transportes rodoviários e que privilegia a segurança. Assim o relator do trabalho de revisão da Resolução 5.998/2022 da Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), Guilherme Theo Sampaio, define a atualização do Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos, em vigor desde o final do mês passado. A última revisão havia sido feita em 2022.

Segundo ele, a resolução atende todos os requisitos, diretrizes do Orange Book, que é o livro laranja da Organização das Nações Unidas (ONU), que traz recomendações para o transporte de mercadorias perigosas.

“Ao atualizar a resolução, o objetivo foi fazer algumas correções de erros materiais e, também, algumas flexibilizações, possibilitem o transporte de outras mercadorias



São considerados perigosos produtos que oferecem risco para a saúde, o meio ambiente ou segurança

junto com produtos perigosos, mas sem deixar de lado a segurança do transporte”, argumenta o diretor da ANTT.

Entre as alterações, ele exemplifica a permissão de utilização do mesmo equipamento para o transporte alternado de deter-

minados produtos perigosos e de commodities agrícolas in natura, desde que sejam adotadas recomendações das autoridades sanitárias competentes; a proibição explícita de manter em funcionamento, durante o transporte, sistema de aquecimento

por chama instalado em veículos para evitar explosões; bem como a permissão de transporte conjunto de produtos de consumo animal, classificado como perigoso, juntamente com o produto de consumo animal não perigoso.

“A resolução também

tem um olhar do transporte internacional, que traz um enquadramento dos requisitos dos países do Mercosul”.

## TRAMITAÇÃO

O diretor da ANTT explica que os processos de alteração normativa passam, inicialmente, por uma análise da área técnica. Em seguida, são levados para audiência pública, onde recebem contribuições. Com isso, a versão final é distribuída para a diretoria colegiada. Sendo aprovada, ela é publicada.

Sampaio lembra que foram coletadas contribuições de vários setores da sociedade, somando 1.355 sugestões.

A ANTT considera perigosos produtos que podem ser um risco para a saúde, o meio ambiente ou a segurança pública, como explosivos (nitroglicerina, pólvora), gases (GLP, cloro, amônia), líquidos e sólidos inflamáveis, substâncias tóxicas ou corrosivas.